sustenere

Revista Brasileira de Administração Científica

Brazilian Journal of Scientific Administration



ISSN: **2179-684X**

This article is also available online at: www.sustenere.co

Jul a Set 2019 - v.10 - n.3

Economia criativa do artesanato de bilro no Semiárido Nordestino

O presente estudo tem o objetivo de analisar aspectos culturais e econômicos da renda de bilro, trabalho realizado por mulheres camponesas como forma estratégica de convivência com o semiárido. O marco teórico que dá sustentação ao trabalho se apoia nos trabalhos Deheinzelin (2006) sobre economia criativa, bem como na legislação brasileira por sua Secretaria de Economia Criativa; o tema pluriatividade por Schneider (2006) e artesanato embasado por Pereira (1979). Metodologicamente, foram utilizados para coleta de dados entrevistas estruturadas para composição da identificação do perfil e oficina no formato de roda de conversa, com a intenção de colher elementos de análise de aspectos culturais e da relação com a sazonalidade produtiva do desenvolvimento da atividade artesanal realizada pelas rendeiras, além da investigação realizada por intermédio de dados bibliográficos para a formulação do referencial teórico, utilizando materiais elaborados. Como resultados, foi percebido que, apesar de ganhos anuais baixos, a atividade demonstra rentabilidade econômica, comprovando lucratividade para as rendeiras que a desenvolvem. A renda de bilro mantém características culturais de sua origem em que mulheres se sentam à almofada para produzir artesanalmente cada peça. Conclui-se que se fazem necessárias a identificação de novos canais de comercialização e a criação de uma entidade local que seja capaz de manter maior volume produtivo e poder de negociação, bem como o estímulo de capacitações específicas da gestão, liderança e estudos de mercado. Assim, com a difusão da Economia Criativa, surge um novo pensamento econômico das atividades, levando em consideração a base na riqueza cultural das localidades no Brasil.

Palavras-chave: Economia criativa; Renda de bilro; Cultura.

Creative economy of bobbin crafts in the Northeast Semiarid

This study aims to analyze cultural and economic aspects of bobbin lace, a work performed by peasant women as a strategic way of living with the semiarid. The theoretical framework that underpins the work is supported by Deheinzelin's (2006) work on creative economy, as well as Brazilian law by his Secretariat for Creative Economy; the pluriactivity theme by Schneider (2006) and crafts based on Pereira (1979). Methodologically, structured interviews were used for data collection to compose the identification of the profile and workshop in the format of a conversation wheel, with the intention of gathering elements of analysis of cultural aspects and the relationship with the productive seasonality of the development of the craft activity carried out by the women. In addition to the research conducted through bibliographic data for the formulation of the theoretical framework, using elaborated materials. As a result, it was noticed that, despite low annual gains, the activity demonstrates economic profitability, proving profitability for the lacemakers who develop it. Bobbin lace retains cultural characteristics of its origin in which women sit on the cushion to craft each piece. It is concluded that the identification of new marketing channels and the creation of a local entity capable of maintaining greater production volume and bargaining power, as well as the stimulation of specific capacities of management, leadership and market research are necessary. Thus, with the spread of the Creative Economy, a new economic thinking of the activities emerges, taking into account the basis of the cultural richness of the localities in Brazil.

Keywords: Creative economy; Bobbin lace; Culture.

Topic: Comportamento Organizacional

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Received: **12/07/2019** Approved: **15/09/2019**

João Luis Josino Soares

Faculdade Terra Nordeste, Brasil http://lattes.cnpq.br/4714394538597175 joaojosino@hotmail.com

Douglas Willyam Rodrigues Gomes

Centro Universitário Católica de Quixadá, Brasil http://lattes.cnpq.br/2873326983684757 douglaswillyam@gmail.com

Francisco Eugênio Soares Galvão

Faculdade Terra Nordeste, Brasil http://lattes.cnpq.br/0966718065986487 eugenio29galvao@gmail.com



DOI: 10.6008/CBPC2179-684X.2019.003.0010

Referencing this:

SOARES, J. L. J.; GOMES, D. W. R.; GALVÃO, F. E. S.. Economia criativa do artesanato de bilro no Semiárido Nordestino. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.10, n.3, p.122-134, 2019. DOI: http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2019.003.0010



INTRODUÇÃO

A expressão Economia Criativa surgiu inicialmente na Austrália, no início da década de 1990, com base em um cenário de criação da política da 'nação criativa', em que decorreria uma compensação de forma justa atribuída ao exercício de trabalhos criativos, garantindo, mediante leis sobre direitos autorais com intuito gerador de crescimento econômico e partindo para o reconhecimento dos agentes inseridos nesse setor (REIS, 2007). Foi na Inglaterra, porém, que a expressão ganhou maior impulso e consolidação com o intuito de impulsionar a geração de riquezas por meio da criatividade (BLYTHE, 2001, citado por BENDASSOLI et al., 2009).

O artesanato, em seu contexto histórico, compreendia um trabalho essencialmente manual, atividade de lazer para a produção de objetos de riqueza na cultura popular, não correspondendo, necessariamente, a uma atividade econômica (PEREIRA, 1979). Com as mudanças nos tempos e nas relações de trabalho, muitos artesãos uniram-se, passando para um sistema de tarefa coletiva, com finalidade de reduzir custos, facilitar a comercialização e fortalecer a cadeia produtiva.

No Brasil, a atividade artesanal está ligada intensivamente aos fatores turísticos da localidade, podendo impulsionar o aspecto cultural. A ampliação do público intensifica a criatividade dos artesãos no que concerne à criação de peças como inovação de produto, havendo uma valorização das tradições locais, fazendo circular capital na região (COSTA, 2008). Canclini (2003) acentua que as deficiências da exploração agrária e o empobrecimento relativo dos produtos do campo impulsionam muitos povos a procurar na venda do artesanato o aumento de seus ganhos.

Escassez de água, assoreamento dos rios, empobrecimento do solo, aumento de índices de desmatamento, desertificação são parte de uma crescente lista de problemas ambientais ocasionados pelos seres humanos com propósito de suprir um padrão de produtividade e consumo. Historicamente a degradante ação humana ao meio ambiente vem sendo frequentemente pautada em discussões e nos últimos 50 anos percebida em um ritmo cada vez mais acelerado em prol de uma atitude 'producionista' para atender as necessidades da crescente população mundial e o rápido desenvolvimento econômico dos países, além do enriquecimento das grandes corporações.

Vizeu et al. (2012), considerando seus fundamentos históricos, os princípios de sustentação social e política do capitalismo tardio são irreconciliáveis com a apropriada atenção aos problemas ecológicos e sociais contemporâneos, sobretudo, ao se notar que os elementos constituintes do capitalismo não se desvinculam de uma concepção política liberal, centrada da hegemonia de uma ideologia burguesa que apregoa o sucesso econômico como o único caminho possível para a sociedade. Este cenário promove, em sua essência, motivos capazes de impulsionar pessoas a deixarem os espaços onde vivem, de forma temporária ou definitiva, por acontecimentos ambientais e/ou climáticos.

Com a expansão da industrialização da atividade agrícola e a escassa oferta de empregos nas grandes cidades, decorridos pela competitividade de pessoas qualificadas, observa-se que considerável presença de membros familiares residentes no meio rural dedicando-se a atividades não agrícolas dentro ou fora da

propriedade e muitas vezes sem sair de suas comunidades. Esta nova forma de organização do trabalho familiar é denominada de pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos de uma família com domicílio rural passam a exercer um conjunto variado de atividades produtivas e econômicas que não estão necessariamente ligadas a terra ou animais (SCHNEIDER, 1999).

A renda de bilro possui uma característica produtiva muito forte no litoral oeste do território cearense, constando de uma atividade desenvolvida geralmente por mulheres destas comunidades, que, em virtude da ausência de empregos formais, mantêm a tradição de rendeira como forma de complementação da renda familiar e como fator ocupacional aliado, diversas vezes, com outras atividades, como a agricultura e nas tarefas domésticas.

Portanto, dadas as limitações de emprego e da renda que caracterizam os municípios cearenses, inseridos no semiárido, vem utilizando a renda de bilro como estratégia de convivência com as estiagens cíclicas, na busca de promover ocupação e renda para a comunidade, valorizando a cultura local. O conhecimento das informações provenientes deste estudo pode ser importante para melhorar o desempenho da atividade artesanal como complemento da renda agropecuária em todos os municípios que utilizam o artesanato como fonte de renda complementar.

Além disso, a produção do artesanato renda de bilro por mulheres camponesas representa uma estratégia de convivência com o semiárido, valorizando a cultura local e promovendo ocupação e renda para essa comunidade. Assim, este estudo busca analisar aspectos culturais e econômicos intrínsecos à produção do artesanato renda de bilro, desenvolvido por mulheres em uma comunidade do litoral oeste cearense.

REVISÃO TEÓRICA

Economia criativa

Deheinzelin (2006) assinala que economia criativa é aquela que promove desenvolvimento sustentável e humano, abrangendo três núcleos de atuação - artes, produção de conteúdos criativos e de serviços criativos - com apresentação de um caráter inclusivo multidirecional capaz de ensejar impactos em outras atividades econômicas.

No Brasil, atualmente, a Secretaria de Economia Criativa, ligada ao Ministério da Cultura, chegou à seguinte definição: 'os setores criativos são todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica'.

A SEC especifica os setores criativos da seguinte forma: criações funcionais, expressões culturais e indústrias criativas. Tem-se como atividades criativas, entre outras, a produção de pintura, escultura, fotografia, artesanato, música, teatro, dança, circo, festejos, artesanato, cinema, TV, rádio, livros, revistas, jornais, redes sociais, games eletrônicos, *design*, móveis, arquitetura, publicidade dentre outras. O artesanato, portanto, está relacionado e identificado nas expressões culturais, na ramificação de

manifestações populares. Compreende em seu ciclo a criação, produção, distribuição e consumo de bens e serviços caracterizados pelo predomínio de uma dimensão simbólica (BRASIL, 2011).

As atividades artesanais no Brasil ocupam posição de destaque no âmbito cultural nos municípios. Os resultados obtidos apontam, em primeiro lugar, a existência de exposições de artesanato em 57,7% das cidades; seguem-se as feiras de artes e artesanato, com 55,6%; em terceiro, encontram-se festivais de manifestação tradicional popular, com 49,2%; festivais de música, com 38,7%; festivais de dança, com 35,5%, concursos de dança, com 34,8%; e de música, com 31,9%, consoante dados do relatório Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE, 2007).

Mesmo com indicadores demonstrativos da expressiva participação de atividades artesanais no território brasileiro, há a compreensão, segundo Santos (2007), de que a execução laboral do artesão ainda concentra parcela considerável de informalidade, caso este em que é exercido, na maioria das vezes, em suas residências e sem o amparo legal de uma empresa jurídica, o que requer grande dependência do apoio de órgãos e instituições para a sua estruturação.

Para Canclini (2003), o aumento de atividades informais aconteceu muitas vezes por consequência do êxodo rural, o que massificou a população nas grandes cidades, isso em razão da à ausência de atividades agrárias, o que permitiu o surgimento de outras profissões ou novas opções de geração de renda. Compreende-se que a economia criativa é uma importante forma de valorizar a identidade cultural local, bem como o reconhecimento das pessoas na própria cultura, caracterizando um elemento importante para desenvolvimento local.

Pluriatividade

No Brasil, a caracterização do clima tropical semiárido está relacionada basicamente pelo regime e quantidade de chuvas. A irregularidade e a concentração pluviométrica média anual estão em torno de 400mm a 800mm, em um curto período de três meses. Esta formação insere uma parcela relevante da região Nordeste brasileira. As atividades econômicas desenvolvidas nas regiões de identidade climática semiárida estruturam o consórcio gado-algodão-lavouras alimentares, e por atividades ligadas à agroindústria, à indústria e não agrícolas (BRASIL, 2018).

Com esta realidade de existência de uma considerável população no meio rural, percebe-se a pluriatividade de incentivar atividades não agrícolas no meio rural, o que permite que famílias de agricultores, ocupadas tradicionalmente em atividades agrícolas, possam desenvolver em sua localidade outras atividades como estratégia de complementação de renda, podendo vir por meio da prestação de serviços, venda da força de trabalho familiar, promoção do turismo rural, o artesanato (ANJOS, 2003, citado por MARAFON, 2006).

Em consequência da industrialização da agricultura e da dificuldade de empregos em grandes centros, o que ocorre pela competitividade de qualificação, tem-se que uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passaram a se dedicar a atividades não agrícolas dentro ou fora da propriedade, muitas vezes sem sair de suas comunidades.

Essa forma de organização do trabalho familiar é denominada pluriatividade, referindo-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas a terra ou animais, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003).

À medida que se tem relações mais complexas e diversificadas entre agricultores e o ambiente social e econômico, esta interação das atividades agrícolas e não agrícolas tende a ser cada vez mais intensa. Esta realidade é capaz de fazer com que a pluriatividade seja um fenômeno ligado às estratégias sociais e produtivas que venham a ser adotadas pela família e por seus membros, dependendo sempre do contexto ao qual está inserida (SCHNEIDER et al., 2006).

A valorização da pluriatividade nas comunidades rurais potencializa o desenvolvimento local que, segundo Buarque (1999), consiste em um processo endógeno ligado a pequenas unidades territoriais e comunidades humanas capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população, estando associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, em que há a articulação das potencialidades locais nas condições reais da comunidade.

Com estas iniciativas impulsionadoras das características produtivas da comunidade, tem-se no desenvolvimento local, conforme Casarotto (1998), um processo reativador da economia e dinamizador social, capaz de estimular o crescimento econômico, criar postos de trabalho e melhorar a qualidade de vida de uma comunidade. Com efeito, trabalhar com o desenvolvimento local compreende, portanto, reocupar de espaços esquecidos pelo grande capital, e, sobretudo capaz de recriar um embasamento de vida para as pessoas das comunidades envolvidas nesse processo (ALBUQUERQUE, 1998).

O artesanato e a renda de bilro

No Brasil, a influência colonizadora europeia trouxe historicamente uma sociedade rural, dominada geralmente por latifundiários donos de engenhos e fazendas de gado, em que coexistiam pequenas propriedades embasadas numa economia de subsistência. Esta realidade proporcionou o desenvolvimento de uma indústria doméstica que tinha como base a produção manufatureira. Com mão de obra escassa, foram explorados grande fluxo advindo da escravidão africana trabalhadores capazes de cuidar e cultivar a imensidão de terra dos seus proprietários.

Assim, muitos negros aprendiam técnicas de trabalho artesanal e as utilizavam em seu cotidiano laboral. Tal realidade abalou o prestígio dos trabalhos manuais, ensejando uma forma de preconceito com quem as realizasse. As riquezas do Brasil estavam nas terras e minérios explorados. O artesanato era considerado, portanto, uma atividade secundária e exercida basicamente por escravos.

Essa forma de trabalho foi capaz de possibilitar o desenvolvimento industrial no mundo moderno. Tem-se como atividades manuais pioneiras as dos tidos como oficiais mecânicos, que eram os carpinteiros, ferreiros, caieiros, telheiros, cavoqueiros, tanoeiros, oleiros, carvoeiros, caldeireiros, carreiros, canteiros, que vieram para o Brasil a mando de Portugal com o objetivo de adquirirem riquezas e retornarem às suas famílias (PEREIRA, 1979).

Em consequência da inserção da atividade artesanal brasileira, tem-se a realidade cultural do artesanato cearense, segundo Lemos (2011), com sua essência na origem europeia e ameríndia e fortes influências afro-brasileiras, característica muito comum também em parte considerável do sertão nordestino.

Ao longo do século XVII, com a introdução da cultura portuguesa no Ceará, foi possível perceber peças aplicadas e produzidas pelos povos indígenas habitantes do território do Ceará, com a tipificação forte de um diversificado artesanato confeccionado com vegetais, como cipó e carnaúba, bem como o domínio e a utilização de técnicas primitivas de tecelagem de algodão, incluindo o tingimento de tecidos com casca de aroeira. Com a da colonização, outras técnicas advindas das bases europeias foram acrescidas a esse suporte cultural, formando identidade na arte popular e o artesanato conhecido nacional e internacionalmente.

O passo histórico da renda de bilro e sua importância na cultura cearense Com bases originárias de Portugal e a relevante influência indígena, há na cultura do artesanato o destaque para produção de redes, as diversas formas de bordados e os contornos trançados das rendas feitas em bilros, uma tradicional arte do estado do Ceará, desde, pelo menos, o século XVIII - talvez seja o maior destaque da produção artesanal cearense. As rendas possuem maior destaque e presença nas áreas litorâneas do estado, 22 enquanto nos demais municípios do interior é possível perceber com maior frequência o destaque dos bordados (LEMOS, 2011). As rendas classificam-se em duas categorias, sendo diferenciadas pela forma como são produzidas e pelas características de materiais necessários em cada etapa de produção. Nóbrega (2005) as caracteriza primeiramente da seguinte maneira.

Na primeira classe encontram-se aquelas produzidas com auxílio de bilros. O bilro é um pequeno instrumento constituído de uma curta haste em que uma das pontas apresenta uma terminação esférica. Na ponta oposta enrola-se uma quantidade de linha que é presa a um padrão que contém o desenho de renda a ser executada. Para se produzir uma renda desse tipo se faz necessário trabalhar com vários bilros simultaneamente, que vão sendo embaralhados em um dado sentido e com isso vão se cruzando os fios presos a eles, fazendo a renda surgir gradativamente. A quantidade de bilros empregados varia de acordo com a complexidade da renda a ser confeccionada.

Na segunda classe estão as rendas que são confeccionadas com o uso de agulhas, que conforme Nóbrega (2005) são as agulhas empregadas para a execução de alguma dessas peças artesanais são as mesmas utilizadas para a costura doméstica em geral, e são com elas produzidas a renda de renascença, o filé e o labirinto. Em outros casos utilizam agulhas especiais, como para a produção do tricô e crochê. Atualmente, é possível constatar a presença da atividade de renda em 31 municípios cearenses, o que representa aproximadamente 17% do território do estado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

A maior concentração de rendeiras está nos Municípios de Aquiraz, Aracati, Beberibe, Itapipoca, Acaraú e Trairi (LEMOS, 2011). Costumeiramente, o ofício de rendeira é executado nas residências, de forma não assalariada, concentrando mulheres associadas na arte do fazer renda dentro dos espaços das comunidades, acompanhadas com vizinhas ou parentes que se unem com o propósito de distração e no exercício ocupacional da atividade (MAYNARD, 1967).

METODOLOGIA

Para chegar ao objetivo proposto, foram utilizados dados de origem primária. Utilizando-se da coleta primária, os dados foram obtidos mediante informações junto às artesãs de renda de bilro, residentes em ambiente rural do litoral oeste do estado do Ceará. Foram utilizados para coleta de dados os instrumentos entrevistas estruturadas para composição da identificação do perfil e oficina no formato de roda de conversa, com a intenção de colher elementos de análise de aspectos culturais e da relação com a sazonalidade produtiva do desenvolvimento da atividade artesanal realizada pelas rendeiras.

A pesquisa contém a investigação realizada por intermédio de dados bibliográficos para a formulação do referencial teórico, utilizando materiais elaborados, constituído de livros, artigos científicos publicados em periódicos, jornais, revistas, anais de congressos, dissertações, teses defendidas e sítios de instituições competentes, de forma a auxiliar na interpretação das informações, visando a prover o pesquisador de maior conhecimento sobre o tema (LAKATOS, 2002). E a dimensão da observação direta para estabelecer uma conversação entre entrevistador e entrevistado de maneira preestabelecida, de modo a se compreender pelas falas do entrevistado elementos que respondam às perguntas propostas.

Para obtenção dos dados relacionados à percepção e identificação da relação da sazonal da atividade ao fator climático local, foi realizada oficina no formato roda de conversa a fim de compreender a existência de uma relação do desempenho da atividade durante o ano com a observação de convivência com o semiárido.

Com a utilização de cartaz confeccionado em papel-madeira contendo o ciclo produtivo (criação - azul, produção - amarela, distribuição - laranja e consumo - verde) e os meses do ano (figura 1), as artesãs participantes deste momento, com adesivos em formato de bolinhas, atribuíram em cada etapa da produção e mês correspondente de 00 a 05 bolinhas, sendo 00 não constando alguma atividade do ciclo produtivo e 05 o máximo atribuído desempenhado no referido mês e na etapa correspondente. A participação se deu de forma voluntária pelas artesãs, com a participação de duplas em cada ciclo produtivo, havendo o consenso na ilustração final do grupo de rendeiras participantes na roda de conversa. A abordagem qualitativa foi considerada adequada para realização deste estudo, desenvolveu-se análise da dinâmica cultural da produção artesanal da renda.

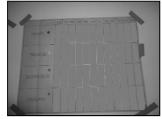


Figura 1: Cartaz convivência com semiárido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As artesãs entrevistadas possuem em média 35 anos, com limite inferior de 19 anos e superior de 62 anos, tendo em maior frequência idades entre 30 e 40 anos. Do estado civil das mulheres, tem-se que a

maioria (74%) das rendeiras entrevistadas é de casadas, considerando que ocorra a união matrimonial, muitas vezes não formal em cartórios ou instituições religiosas que se consagre à união, porém vivam maritalmente com seus cônjuges e estabeleçam relação familiar. Já nas demais relações, tem-se que 19% das entrevistadas são solteiras e 7% viúvas, não possuindo casos de separações ou divórcios.

Percebe-se que, embora em percentuais diferentes, segundo Filgueiras (2005), no estudo de bordadeiras em Itapajé, Ceará, 57% são casadas, representando maior quantidade entrevistada, seguida por 23% de bordadeiras solteiras, 10% viúvas e ocorrendo a presença de 10% de artesãs separadas, caso este não encontrado na comunidade pesquisada.

A comunidade rural localizada no litoral oeste do estado do Ceará tem, em seu domínio territorial, pessoas envolvidas em diversas atividades, desde a pesca artesanal, considerada a principal fonte de renda das famílias e desempenhada exclusivamente por homens da comunidade; tem também a agricultura, voltada para o consumo familiar, com a participação do trabalho de homens, mulheres e filhos nos cercados das famílias, explorando as culturas de feijão, milho, batata, mandioca, caju e coco; o trabalho não agrário expressa uma maior concentração da atividade artesanal desempenhada pelas mulheres da localidade; e empregos formais, como o funcionário público municipal (professores, serviços gerais, vigilantes).

Observou-se que as mulheres entrevistadas na comunidade exercem atividades ligadas à agricultura, como preparo do solo, plantio, limpeza da área plantada, colheita e cuidados com os animais. Importante enfatizar que todas as mulheres entrevistadas trabalham com atividades não agrárias.

Compreende, conforme afirma Melo et al. (2008), que deve haver um repensar muito analítico das diferenças de gênero, compreendendo os papéis femininos e masculinos no contexto social, incorporando uma situação de convivência entre os indivíduos de sexos diferentes, mas que realizam atividades produtivas e reprodutivas de forma comum à sobrevivência do ser. A produção da renda, segundo apontamentos expostos pelas rendeiras, contidos na, acontece da seguinte maneira: Para produção das peças, as rendeiras necessitam possuir uma almofada, que muitas vezes é confeccionada por elas mesmas, pegando um tecido bem grosso, normalmente de rede, e dentro colocam palha de bananeira seca até ficar com um aspecto mais duro e cheio.

Utilizam também os bilros, que são instrumentos feitos com uma haste curta em uma das pontas com uma terminação esférica e na ponta oposta enrola-se uma quantidade suficiente de linha que é fixada com espinhos de mandacaru a um modelo (desenho da renda) a ser executada. A produção de renda de bilro está ligada diretamente à necessidade de manter alguma atividade ocupacional entre as mulheres, haja vista haver pouca geração de trabalhos remunerados na comunidade, como diz a rendeira Z.P.S., 28 anos, rendeira individual e não assentada.

Trouxe melhoria sim, é um ganho extra pra família. É uma coisa que é meio parado, mas é o único ganho que o pessoal tem. Eu já fui doméstica em Fortaleza e voltei pra comunidade, fazendo renda, tenho ocupação. Em Fortaleza eu tinha uma almofada e as vezes eu fazia pra não perder o ritmo.

Isto é possível se perceber no caso das rendeiras, assim como nos estudos de Lemos (2011), no caso das artesãs no Município de Aquiraz-Ceará, em que o incentivo à produção artesanal constituiu, portanto,

uma forma alternativa de estímulo às economias de base local, com enfoque na valorização da cultura local e na geração de emprego e renda para inúmeras famílias, levando em consideração que muitos artesãos encontram no artesanato uma forma de garantir a própria sobrevivência e a manutenção do bem-estar familiar.

Para o ofício produtivo da renda, as mulheres encontram-se rotineiramente acompanhadas de suas almofadas e sentadas em seus alpendres, ou em locais próximos a uma porta ou janela em busca de lugares normalmente iluminados pelo sol. Sentadas ao chão ou em cadeiras, muitas vezes em companhia de vizinhas ou parentes, assistindo à televisão ou ouvindo o rádio, entrelaçam os fios com os bilros que batem entre si, gerando uma sonoridade harmoniosa e criando forma lentamente. Neste emaranhado cotidiano, as rendeiras entrevistadas trabalham em média aproximadamente seis horas diárias distribuídos em seis dias da semana, mantendo o costume religioso de não desempenhar a atividade nos domingos, dias santos e feriados.

Nesse contexto, Wanderley (2003) distingue a pluriatividade exercida pelos diversos membros da família. Tem-se um estabelecimento familiar pluriativo com base o trabalho externo do chefe, ou seja, o estabelecimento não é capaz de absorver plenamente a sua força de trabalho. Há também, no entanto, a prática laboral pluriativa por outros membros da unidade familiar, sendo possível perceber pelas de características distintas. Uma delas é a de que o trabalho externo é desenvolvido pelos filhos adultos que ainda moram com os pais, realidade que aponta, provavelmente, para um processo de individualização ou autonomia para constituição de outra família ou para tornar este filho relativamente autônomo do ponto de vista financeiro e a outra em que tenha ocupação e uma renda para contribuição no seio familiar.

No caso da mulher, o trabalho externo pode ter duas significações: a primeira consiste no fato de que exercer atividades pluriativas na unidade familiar pode ser o caminho pelo qual a mulher adquire uma capacidade maior de participar dos ganhos da família, contribuindo com o dinheiro que ela mesma ganhou; ou às vezes destinar o que ela ganha para o investimento de alguma maneira na produção ou para realização de pagamentos de dívidas do estabelecimento familiar; a segunda consiste no fato de que o trabalho externo e pluriativo podem ocasionar para a mulher um distanciamento do seio familiar, semelhante à individualização dos jovens, como se a mulher tivesse uma profissão própria.

Tais realidades estão, em alguns casos, contextualizados nos limites rurais, no que diz respeito a atividades não agrárias. Percebeu-se, no entanto, na comunidade estudada que a renda de bilro é um elemento agregador no seio familiar. Mesmo que expresse uma pequena parcela financeira de ganhos, há a constante preocupação em transformar a receita com a venda das peças em retorno como contribuição nas tomadas de decisão familiar. Outro fator capaz de fazer se notar a influência de atividades criativas na comunidade parte da relação com a convivência natural com as condições climáticas. A produção de renda de bilro ocorre durante o ano todo, tendo reduções consideráveis em alguns momentos, como é possível identificar na figura 2.



Figura 2: Relação atividade renda de bilro na convivência com o semiárido.

A criação de modelos, o surgimento de papelões ou a modificações de peças ocorrem com maior intensidade entre os meses de novembro e janeiro do ano, tempo em que acontece o período de férias e festejos de final de ano. Este impulso vem seguido de um crescimento percebido durante os meses de julho e outubro de cada ano. A procura de novos moldes de papelão atualmente está acontecendo também à medida que surge a participação das rendeiras nas feiras, congressos e encontros.

Já a produção dessas peças ocorre com maior intensidade nos meses de janeiro, julho, outubro e novembro. Considerando os períodos de férias e do carnaval, as peças mais produzidas são camisetas, boleros e vestidos coloridos. Na ocasião que antecede as festas de final de ano, produzem-se mais boleros e vestidos com tonalidades mais claras ou totalmente brancas. Esta determinação de cores e peças está normalmente atrelada aos pedidos feitos pelas atravessadoras, conforme fala de rendeira na roda de conversa.

Na época do carnaval, na véspera do carnaval, a gente também, as vezes, a gente procura mais papelão, que a gente quer fazer, renda de peça diferente e ai nós sabe que no carnaval tem muita procura de peça colorida, principalmente o bolerim, os vestido, em dezembro roupa branca, isso tudo quem diz é as mulher que compra renda da gente.

Nos meses de agosto, setembro e dezembro, há baixa na produção. É possível perceber, portanto, uma redução produtiva entre os meses de fevereiro e junho, período que concentra a quadra chuvosa no estado do Ceará, pois conforme Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME, compreende os meses de fevereiro, março, abril e maio. Neste tempo, as mulheres cooperam com atividades agrícolas nas terras familiares, destinando menor tempo para a produção da renda, segundo acentua rendeira no momento de roda de conversa: 'Nesse período 'num' tem como, a gente sempre ajuda no plantio, no cercado de casa, 'nóis' trabalha muito, mas é plantando milho, feijão'.

Outro fator para esta redução durante o período chuvoso é o esfriamento dos bilros, deixando-o com aspecto grudento, conforme fala de rendeira na roda de conversa: '[...] a gente temos até vontade de fazer renda no inverno, mas os bilro fica tudo grudento, aí é ruim de fazer, mas tem gente aqui que não para o ano todo faz'.

No que concerne à distribuição das peças produzidas, percebeu-se com maior frequência nos meses de julho e entre outubro a janeiro, período que concentra as férias e o final de ano. Há a percepção de maior procura das peças no período de menores chuvas como, notou uma rendeira na roda de conversa: 'E também assim, a gente vê que no verão que aparece mais modelo porque a renda tem mais saída, no inverno sempre a renda cai'.

Vale ressaltar que algumas rendeiras guardam peças de renda prontas para vender durante esse período de final de ano, para obter uma quantia maior e poderem passar o festejo do Natal no Município de

Canindé, Ceará, como é de costume. Há redução forte na venda de peças entre o período de março e junho, fator este que precisa de uma redução produtiva no mesmo período.

Tem-se como entraves a comercialização da renda de bilro, dificuldades estas enfrentadas pelas artesãs em realizar vendas externas, caracterizados pela ausência de contato com o mercado, consequente da distância dos centros comerciais da Capital. Para distribuição das peças produzidas, as rendeiras encaminham para atravessadoras, que servem de ponte de negociação e venda para os pontos varejistas.

Como ressaltado em anterior discussão, há uma dificuldade em mensurar ou compreender a etapa de consumo da renda de bilro, quando o não contato direto com os consumidores gera uma deficiência na informação. Foi possível, contudo, na roda de conversa, levantar estes dados com suposições a partir da etapa de distribuição.

É importante salientar, contudo, que a forma de organização na produção de renda de bilro na comunidade estudada, é em sua totalidade, composta de atividade informal, característica esta que dificulta o acesso a crédito para investimento na produção e a abrangência de atendimento nas políticas públicas municipal, estadual e federal de fomento ao estímulo da renda de bilro, pois nunca houvera contato direto das esferas públicas com a comunidade nem em sentindo oposto, no que diz respeito à promoção da atividade.

CONCLUSÕES

O desempenho do artesanato renda de bilro em um ambiente rural do litoral oeste do estado do Ceará mantém as características de sua origem, possível de constatar pela da ausência de novas tecnologias capazes de contribuir para o desenvolvimento de novos produtos e técnicas. No cenário atual, em que se acreditava ser uma cultura praticamente extinta, ressurgem no mercado as peças de renda de bilro produzidas, em sua essência e tradição, no envolvimento de mulheres da comunidade, que distribuem em seu tempo diário atividades produtivas e reprodutivas, e as confeccionam de forma lenta e delicada, no sentido de preservar e perpetuar a cultura local do saber-fazer renda de bilro e prover meios que possam contribuir, mesmo que timidamente, para a renda familiar.

No cerne econômico da renda de bilro na comunidade pesquisada em um ambiente rural do litoral oeste do estado do Ceará, tem-se a caracterização de uma atividade rentável para as mulheres que a exercem, pois significa lucratividade para as rendeiras, mesmo que possua pouca expressividade em valores monetários. Adita-se a esse valor o ganho cultural, promotor de saúde, fortalecedor de laços comunitários e ocupação para as mulheres, que, sem opção de empregos formais, se dedicam à confecção de peças de renda nos espaços da comunidade.

O objetivo deste trabalho foi perceber na renda de bilro, valores sociais, econômicos e culturais valiosos em uma comunidade de ambiente rural do litoral oeste do estado do Ceará. Portanto, fica como sugestão para trabalhos futuros a constituição histórica da atividade na localidade, bem como o confronto quanto às relações entre comunidades também produtoras das peças artesanais de renda.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F.. Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico. Fortaleza: BNB, 1998.

BENDASSOLI, P. F.; WOOD JUNIOR, T.; KIRSCHBAUM, C.; CUNHA, M. P. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.49, n.1, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da secretaria da economia criativa**: políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014. Brasília: MC, 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Conviver** Programa de desenvolvimento integrado e sustentável do semiárido. Brasília: MIN, 2018.

BUARQUE, S.. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília: 1999.

CANCLINI, N. G.. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da moderinidade. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CASAROTTO FILHO, N.. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local. São Paulo: Atlas, 1998.

COSTA, A. C.. **O** artesanato e turismo em Itabuna (Bahia): dois estudos de caso à luz da Economia Criativa. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia, 2008.

DEHEINZELIN, L. **Economia criativa:** uma tímida tentativa de definição. São Paulo: Cultura e Mercado, 2006.

FILGUEIRAS, A. P. A.. **Aspectos socioeconômicos do artesanato em comunidades rurais no Ceará**: o bordado de Itapajé - CE. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros**: cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LAKATOS, E. M.. **Técnicas de pesquisa científica**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e

técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEMOS, M. E. S.. **O** artesanato como alternativa de trabalho e renda: Subsídios para avaliação do programa estadual de desenvolvimento do artesanato no município de Aquiraz – CE. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MARAFON, G. J.. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.1, n.1, 2006.

MAYNARD, A.. Folclore nacional: ritos, sabenças, linguagens, artes e técnicas. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

MELO, H. P.; CAPPELLIN, P.; CASTRO, E. G.. **Agricultura familiar nos assentamentos rurais**: nas relações entre as mulheres e homens. O caso do pontal de Parapanema. Brasília: MDA, 2008.

NÓBREGA, C.. **Renda de renascença**: uma memória de ofício paraibana. João Pessoa: SEBRAE, 2005.

PEREIRA, J. C. C.. **Artesanato**: definições, evolução e ação do Ministério do Trabalho: o programa nacional do desenvolvimento do artesanato. Brasília: MTB, 1979.

SANTOS, E. T.. **Exportações de artesanato do Ceará no período de 2004 a 2006**: desafios e oportunidades. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2007.

SCHNEIDER, S.. A pluriatividade na agricultura familiar brasileira. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A.; KOPPE, L. R.; SILVA, C. C.. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: EDUFRGS, 2006.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E.. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, 2012.

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da Sustenere Publishing, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em traducão.